

Economia política da comunicação nas coalizões climáticas rumo à COP30: pactos e manifestos no Capitaloceno.¹

Lucia Novaes

Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este artigo investiga, sob a perspectiva crítica da Economia Política da Comunicação (EPC), as estratégias comunicacionais em tempos de crises climáticas no Brasil rumo à COP30 (Belém, 2025), a partir da análise do “Pacto Econômico com a Natureza” promovido por empresários de setores estratégicos e do “Manifesto em Defesa da Amazônia” articulado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A pesquisa adota metodologia marxiana “do abstrato ao concreto”, articulando teorias dos movimentos sociais em rede (Castells), EPC (Mosco, Bolaño) e debates sobre o Capitaloceno. Concluiu-se que há profundas assimetrias nos espaços de comunicação: enquanto o Pacto circula em superestruturas corporativas e na diplomacia midiática oficial, o Manifesto permanece ancorado em mídias populares e redes alternativas, evidenciando desigualdades estruturais no acesso à visibilidade e à disputa de narrativas sobre a crise ecológica.

PALAVRAS-CHAVE

Antropoceno; Comunicação Climática; Diplomacia Midiática, Ecopolítica; Troika do Clima

Este artigo investiga, sob a perspectiva crítica da Economia Política da Comunicação (EPC), as disputas comunicacionais que estruturam o campo climático brasileiro no ciclo político que antecede a COP30 (Belém, 2025). O estudo compara dois movimentos de comunicação produzidos em 2024, no marco das mobilizações do Dia da Amazônia (5 de setembro): o “Pacto com a Natureza”, impulsionado por empresários ligados à mineração, ao setor financeiro e a corporações transnacionais, articulando soluções de mercado e narrativas de financeirização da natureza; e o “Manifesto em Defesa da Amazônia”, promovido por movimentos sociais, populações atingidas por barragens e eventos climáticos extremos — como os recentes desastres no Rio Grande do

¹ Trabalho apresentado no GP15, Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

Sul —, povos indígenas e organizações populares, que reivindicam justiça socioambiental e denunciam os limites da financeirização frente à crise ecológica. Ambos os movimentos coexistem em um campo comunicacional complexo, onde uma pluralidade de atores — Estados, corporações transnacionais, ONGs, movimentos sociais, povos indígenas e cientistas — disputam legitimidade e visibilidade

A metodologia utilizada baseia-se no método marxiano “do abstrato ao concreto”, compreende a comunicação como prática material vinculada às relações sociais e de produção. Na primeira etapa, o estudo problematiza a construção ideológica da comunicação como um “direito universal”, que tende a ocultar as desigualdades estruturais no acesso e controle dos meios. Na segunda, evidencia-se o contraste entre as superestruturas corporativas (ex.: CNN, conglomerados internacionais), que amplificam as mensagens do “Pacto”, e as mídias regionais e populares que veiculam o “Manifesto” e as vozes das comunidades atingidas. Por fim, na terceira etapa — a “complexidade do visível” —, analisa-se como o aparente pluralismo comunicacional mascara as assimetrias de classe e de poder que atravessam as coalizões climáticas.

O referencial teórico articula a EPC crítica (Mosco, 2009; Bolaño, 2013) com os debates marxistas contemporâneos sobre metabolismo do capital e crise ecológica (Moore, 2017; Saito, 2020, 2024), mobilizando o conceito de Capitoloceno para compreender como o capital organiza tanto a exploração da natureza quanto as narrativas que buscam legitimá-la ou resistir a ela. Complementarmente, incorpora-se a contribuição de Manuel Castells (2012), ao abordar a formação de movimentos sociais em rede e os novos repertórios comunicacionais produzidos a partir das margens, oferecendo uma lente para interpretar a articulação das forças populares no caso do “Manifesto”.

A análise parte da hipótese de que o “Pacto com a Natureza” opera como uma estratégia coordenada de captura discursiva e institucional, que vai além do greenwashing ao propor uma articulação dos três poderes da República e atuar junto aos esforços de mobilização internacional por recursos financeiros para a COP30. Ao buscar legitimar o empresariado como protagonista da governança climática e influenciar a diplomacia midiática do Brasil, o Pacto se insere também no jogo geopolítico verde, num contexto em que a chamada “Troika do Clima” — a aliança política entre a COP28 (Emirados Árabes), COP29 (Azerbaijão) e COP30 (Brasil) — precisa garantir o cumprimento do Acordo de Paris e em que o financiamento internacional da Conferência e das políticas climáticas tornou-se um tema central da agenda política brasileira. Em contraste,

o “Manifesto em Defesa da Amazônia” emerge das lutas das classes e territórios das “naturezas baratas” (Moore), denunciando os impactos estruturais do extrativismo e da financeirização sobre populações vulnerabilizadas e propondo alternativas baseadas em justiça socioambiental.

Com base na metodologia utilizada, na análise dos discursos e práticas comunicacionais, concluiu-se que a COP30 se revela assim, como um espaço multilateral de articulações e confrontos não apenas ambientais, mas também comunicacionais, econômicos e políticos, onde diferentes forças e interesses se entrelaçam na tentativa de moldar os rumos da crise ecológica e os caminhos de um possível futuro comum. Nesse cenário, a diplomacia midiática brasileira busca consolidar um novo protagonismo internacional. As mídias sociais tornam-se arenas centrais de mediação, onde discursos, valores e disputas simbólicas atravessam as consciências públicas (Dantas, 2012). Mais do que uma batalha por visibilidade midiática ou diplomática, a luta climática é, em essência, uma luta pela vida no planeta — pelos direitos dos povos da floresta, das águas, das cidades, pelos direitos da Terra e de todos os seus seres. Em tempos de polícrises, imaginar outros mundos possíveis é tarefa urgente para todos nós que somos, antes de tudo, terrestres.

REFERÊNCIAS

- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- DANTAS, Marcos. *Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital*. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH, 2012.
- MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOORE, Jason W. *O capitalismo na teia da vida: ecologia e a acumulação de capital*. São Paulo: Elefante, 2017.
- MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.
- MOSCO, Vincent. *The Political Economy of Communication*. 2nd ed. London: SAGE Publications, 2009.
- SAITO, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2020.

SAITO, Kohei. *O capital no Antropoceno: rumo ao mundo do decrescimento*. São Paulo: Boitempo, 2024.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Faesa – Vitória – ES
De 11 a 16/08/2025 (etapa remota) e 01 a 05/09/2025 (etapa presencial)
